



Psicologia USP
ISSN: 0103-6564
revpsico@usp.br
Instituto de Psicologia
Brasil

Borges Florsheim, David
A fotografia e a "descoberta" da histeria
Psicologia USP, vol. 27, núm. 3, septiembre-diciembre, 2016, pp. 404-413
Instituto de Psicologia
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305149535003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re²alyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A fotografia e a “descoberta” da histeria

David Borges Florsheim*

Pesquisador independente. São Paulo, SP, Brasil

Resumo: Historicamente marcado na oposição entre orgânico e psíquico, o conceito de histeria continua no centro de controvérsias entre saberes influentes como psicanálise e psiquiatria. Contrapondo uma concepção que defende a existência de um mundo independente da mente humana (realismo) e uma que a nega (antirrealismo), buscamos pensar como se deu a criação desse conceito. Em acordo com o movimento científico do século XIX, o médico francês Jean-Martin Charcot utilizou a fotografia, entendida na época como a “verdadeira retina” do cientista, para criar uma classificação do ser humano. Inserir essa construção de conhecimento em seu contexto sociocultural possibilita diversos questionamentos quanto à sua objetividade. Nossa concepção é a de que refletir criticamente sobre a formação dos conceitos contribui com elementos para um melhor exercício da alteridade no interior da psicopatologia.

Palavras-chave: psicopatologia, realidade, fotografia, histeria, Charcot.

É mais confortável para os nossos olhos reagir a um determinado objeto reproduzindo uma imagem já produzida do que reter o novo ou diferente de uma impressão: para que isso não sucedesse seria preciso mais força . . . Mesmo quando estamos envolvidos nas experiências mais incomuns fazemos a mesma coisa: inventamos a maior parte da experiência e mal podemos ser obrigados a *não* contemplar algum evento como o seu “inventor”. . . Tudo isso nos mostra que estamos habituados a mentir. Ou, para dizê-lo de um modo mais refinado e velado, somos muito mais artistas do que acreditamos (itálico do autor).

Nietzsche¹

O uso das aspas pode indicar diversos sentidos num texto. Tendo como proposta a consideração de um tópico clássico da psicologia e uma perspectiva crítica, a utilização das aspas permite-nos tanto destacar o termo “descoberta” como sugerir o questionamento de seu emprego. Para isso utilizaremos tendências contemporâneas de pensamento referentes a campos do saber, como filosofia, psicanálise, medicina e história, pensando a construção e a utilização do conceito de histeria.

Esse conceito possui uma fundamental importância na evolução da psicologia de um modo geral e, mais especificamente, na evolução da psicanálise (assim como Freud [1927/1996a], entendemos que a psicanálise é parte da psicologia). A histeria é um tópico clássico do chamado “campo psi” e está presente inclusive na antiguidade clássica: “a palavra ‘histeria’ aparece pela

primeira vez no aforismo trinta e cinco de Hipócrates onde ele afirma: ‘quando uma mulher sofre de histeria ou de um trabalho de parto difícil um ataque de espíritos é benéfico’” (Didi-Huberman, 2003, p. 70). Essa concepção grega da histeria – que etimologicamente provém de “útero” – não é a que será trabalhada diretamente neste artigo, mas serve para nos lembrarmos de outros sentidos possíveis para o termo.

No caso da psicanálise, a histeria está presente desde o momento de sua constituição, porque os estudos de Freud a esse respeito – que tiveram como base sua experiência clínica desde o estágio que fez com Jean-Martin Charcot, no Hospital Salpêtrière, entre outubro de 1885 e fevereiro de 1886 – subverteram a concepção de corpo anatômico e fisiológico existente na época. As histéricas contribuíram diretamente para o surgimento de concepções como o sentido do sintoma e o inconsciente sexual. Há quem afirme (como Roudinesco, 2000) que foi Anna O. (ou Bertha Pappenheim), uma paciente considerada histérica por Freud e Breuer, quem de fato teria criado a psicanálise, porque, na ocasião de seu tratamento, ela solicitou ao médico que pudesse falar livremente, conseguindo assim fazer sua *chimney sweeping* (“limpeza de chaminé”) e uma *talking cure* (“cura pela palavra”) – a própria paciente, cuja língua materna era o alemão, utilizava os termos em inglês).

Tendo recebido significações diversas ao longo da história, a histeria é termo controverso na psicopatologia contemporânea. Se, por um lado, continua sendo amplamente utilizado por psicanalistas, simultaneamente vem sendo deixado de lado pelos manuais de diagnósticos psiquiátricos (tais como o CID e o DSM). Trata-se, portanto, de um conceito perfeitamente legitimado para uns, mas, ainda assim, rejeitado e considerado obsoleto por outros. Isso dificulta o diálogo interdisciplinar no campo

¹ As traduções das referências deste artigo foram elaboradas pelo autor e revisadas por um tradutor.

* Endereço para correspondência: davidborgesf@hotmail.com

psicopatológico. No cerne dessa questão se apresenta a antiga dicotomia orgânico/psíquico, de forma que o conceito continua digno de aprofundamentos teóricos.

Realidade(s) e suas interpretações

Realidades são o que fazemos delas, não o que elas fazem de nós ou o que nos fazem fazer.
Wagner

Nada melhor para ilustrar nossos questionamentos do que os aplicarmos a um conhecimento de senso comum. Tomemos como exemplo uma questão típica de nosso período escolar: quem descobriu o Brasil? E a resposta decorada que normalmente a acompanha: Pedro Álvares Cabral! Em primeiro lugar essa informação pode ser considerada errada, pois, segundo Lopez e Mota (2008), há evidências suficientes comprovando que o português Duarte Pacheco Pereira (1892) chegou ao menos dois anos antes de Cabral a essa região posteriormente intitulada de Brasil.

Em segundo lugar, o próprio uso do termo “descoberta” para pensar o Brasil está longe de ser uma mera descrição neutra da realidade. Trata-se evidentemente de uma perspectiva europeia (e não tupi-guarani, por exemplo) frequentemente repetida sem maiores reflexões críticas. O Brasil não foi meramente descoberto, mas foi – e continua sendo – inventado.

Considerar a construção do conhecimento e da realidade como descoberta ou como invenção implica em diferenças epistemológicas profundas e remete às diferenças entre realismo e antirrealismo. Como nomeiam diversos autores (Kirk [1999], Beebe e Dodd [2007] e Devitt [2008]), podemos entender por realismo a perspectiva de haver um mundo independente da mente humana. Assim, os átomos, os vegetais, o inconsciente, a histeria e a serotonina, por exemplo, teriam sempre existido num suposto “mundo natural”, quer os seres humanos os reconhecessem ou não. Do ponto de vista do realismo, portanto, caberia ao ser humano utilizar os métodos e os instrumentos corretos (científicos) para descobrir o mundo. Esse último se caracterizaria como o tribunal de todas as proposições que buscam definir a realidade. Silva (1998, p. 7) afirma:

Para o realista, o mundo é considerado, sob o ponto de vista ontológico, como constituído por propriedades autônomas. Assim, o mundo externo, num sentido nada trivial – considerando que há aqui uma fonte considerável de debate entre as posições realista e antirrealista –, seria independente das teorias científicas. Percebe-se, desta forma, a reivindicação básica do realismo científico: as leis científicas são descobertas, ao contrário da posição antirrealista, que as postula como invenções.

A concepção realista é normalmente mais fácil de ser compreendida por ser também utilizada no senso comum. Mesmo no meio científico ignoram-se com

frequência questões sobre realidade, verdade e construção de conhecimento, pois o realismo já é dado como pressuposto. Contudo, “muitas disputas na metafísica podem ser caracterizadas como disputas entre realistas e antirrealistas, que discordam a respeito da existência de uma entidade ou de um tipo de entidade” (Beebe, Effingham e Goff, 2011, p. 212). Como afirmam Fowers, Guignon e Richardson (1999, p. 173),

Boa parte da psicologia acadêmica tem conseguido se defender dos debates contemporâneos sobre a natureza do conhecimento, sua própria inclusão histórica, ou até que ponto ela é socialmente construída, e também sua inter-relação com valores morais e forças políticas. Poucos psicólogos avaliam criticamente os fundamentos metafísicos e morais de seus métodos e de suas teorias.

Para muitos pesquisadores pode ser difícil abandonar uma autoimagem de cientistas neutros e objetivos para refletir sobre os pontos de vista contidos em seus métodos, teorias e observações. Por mais que em psicologia a questão entre realismo e antirrealismo possa ser ignorada com frequência, parece inescapável a reflexão acerca do estatuto da realidade para quem valoriza o pensamento crítico e a articulação de saberes. Isso não significa afirmar que a distinção entre realismo e antirrealismo seja a única maneira de pensar teorias sobre verdade – trata-se apenas de uma forma didática de apresentar diferenças marcantes de perspectiva (deflacionismo, teoria da correspondência e teoria da coerência são exemplos de outras possibilidades de se pensar a questão da verdade).

A essência da concepção antirrealista é questionar a possibilidade de tratar de um suposto mundo externo intocado pelo ser humano; tudo o que seria possível afirmar sobre o mundo já estaria sendo intermediado por uma linguagem humana, sendo assim, essa própria linguagem imporia limitações quanto ao alcance de nossas apreensões, além de que definiria os lugares dos quais falamos.

De acordo com Kirk (1999, p. ix), “os realistas sustentam que a realidade é independente de nosso pensamento, mesmo que caiba a nós a maneira de pensá-la. Os relativistas [ou antirrealistas] discordam e sustentam que o que existe, e o que é verdadeiro, depende de nosso ponto de vista”. Portanto, a realidade – seja ela o Brasil, a histeria ou mesmo o sistema planetário – não seria, do ponto de vista antirrealista, independente da mente humana. Para ficar mais claro tomemos como exemplo algo aparentemente intocado por nossas mentes. Segundo Beebe et al. (2011, p. 48-49),

Os planetas, evidentemente, não foram criados por nós: não os moldamos a partir de grandes pedaços de rocha e, em seguida, os lançamos no sistema solar. No entanto, quando falamos sobre planetas, estamos falando sobre um mundo classificado ou conceitualizado por nós, e não o mundo como ele é em si mesmo.

Nessa citação fica claro que pensar em termos de antirrealismo não implica em negar a existência da realidade, mas sim em enfatizar a dimensão de interdependência entre a mente humana e a realidade percebida. Os critérios utilizados para classificar o mundo são sempre humanos e não corresponderiam, de acordo com os antirrealistas, simplesmente a uma realidade externa a nós. A natureza não nos fornece classificações. No caso dos planetas, por exemplo, há diversos critérios para definir um corpo celeste, tais como a trajetória de sua órbita e o seu tamanho. Mas por que adotar certos critérios e classificações para categorizar um determinado objeto nos garantiria acesso a uma realidade externa à mente humana?

Daqui em diante faremos o questionamento da perspectiva tradicional (realista) quanto ao momento de surgimento da histeria no século XIX. Buscaremos mostrar como o contexto da época e a própria personalidade de Charcot influenciaram na invenção desse diagnóstico. Ou seja, ao contrário de ter sido algo “descoberto” por uma observação clínica neutra, o conceito de histeria pode ser compreendido como resultado de uma invenção histórica.

Há, contudo, uma importante consideração a ser feita. Ao falar em “invenção” em vez de em “descoberta”, não temos por objetivo desqualificar o conceito de histeria, mas sim valorizar o componente sociocultural a respeito de sua criação. Além disso, pensar em termos de invenção não implica numa livre fantasia. Não vale tudo, pois o contexto impõe critérios para que se defina a validade dos conhecimentos.

A fotografia e a revelação da realidade²

Nem mesmo turistas ou crianças fotografam ingenuamente. Agem conceitualmente, porque tecnicamente. Toda intenção estética, política ou epistemológica deve, necessariamente, passar pelo crivo da conceituação, antes de resultar em imagem. O aparelho foi programado para isto. Fotografias são imagens de conceitos, são conceitos transcódificados em cenas.

Flusser

Como afirma Perrot (1991), o retrato individual influenciou a progressiva individualização no interior da sociedade ocidental. Se antes do século XIX era necessário pagar um alto preço para que um pintor produzisse um retrato, com invenções como o *physionotrace* (de Gilles-Louis Chrétien) e o daguerreótipo (de Louis-Jacques-Mandé Daguerre) o retrato ficou mais acessível financeiramente. Isso possibilitou a um maior número de pessoas o benefício da posse da própria imagem.

Nas praças parisienses, e em pouco tempo em outros países além de na França, começou a haver procura cada vez maior por essa tecnologia. De acordo com Perrot (1991, p. 423), havia algo de especial no retrato: “adquirir e afixar sua própria imagem desarma a angústia; é demonstrar sua existência, registrar sua lembrança”. Ainda nessa época criou-se a máquina fotográfica, que tornaria obsoletos os demais métodos de obtenção de retratos. Segundo Perrot (1991, p. 425):

É portanto a fotografia que permitirá a democratização do retrato. Pela primeira vez a fixação, a posse e o consumo em série de sua própria imagem estão ao alcance do homem do povo. Registrada em 1841, a patente desse novo processo sofre uma série de melhorias técnicas, ao longo dos dez anos subsequentes. O tempo da pose vai se reduzindo aos poucos, até a descoberta, em 1851, do registro instantâneo.

Na fantasia dos fotografados da época o retrato atestaria eternamente a existência de cada um (nesse sentido, o dito “uma imagem vale mais que mil palavras” se aplica perfeitamente). Com o advento do registro instantâneo foi possível um uso em grande escala da fotografia, e desde então ela passou a ser utilizada por diversas pessoas e para múltiplos propósitos. Segundo Samain (2001, p. 89),

Na efervescente metade do século XIX, marcada pela febre da ordem e do progresso, da racionalidade e das luzes, os antropólogos-naturalistas franceses descobrem, ao lado de muitos outros cientistas, as possibilidades heurísticas que a fotografia ofereceria à “visão” que eles tinham da “antropologia”, a saber essa tentativa de mapeamento da “espécie humana”, das raças e, dentre elas, dos tipos humanos, numa perspectiva claramente evolucionista.

A fotografia contribuiu na ampliação de categorizações do mundo e do ser humano. Uma dessas formas de categorização é a tipologia, ou seja, a criação de tipos, na qual sempre estão envolvidas classes, modelos ou exemplos de um determinado objeto de estudo. Essa forma de caracterizar o mundo e o ser humano busca orientar-se justamente para o que é típico, ou seja, para o que se presta a formulações gerais. Jaspers (1913/2003, p. 518) afirma que criamos tipos

quando fazemos de uma ou várias qualidades o fundamento de uma concepção total ampla; quando perseguimos uma conexão compreensível em sua atuação sobre o indivíduo todo; quando vemos de que maneira ele se comunica a tudo quanto a criação humana vivencia e faz.

Uma forma de tipologização utilizada no passado foi a de estabelecer raças entre os seres humanos, algo que

2 Como deve ficar claro ao longo deste texto, a obra *Invention de l'hystérie: Charcot et l'iconographie photographique de la Salpêtrière*, de Georges Didi-Huberman (1982), nos foi de fundamental importância. A originalidade de sua obra, a nosso ver, continua sendo pouco explorada no campo da psicopatologia.

caiu em desuso nas últimas décadas. Pelos conceitos científicos de humanidade e de diversidade atuais, tornou-se problemático falar em raças humanas (e em “sociedades primitivas”, por exemplo). Isso nos faz lembrar que há sempre aspectos socioculturais influenciando as categorizações e tipologizações – elas por si só não fazem sentido, pois dependem do contexto no qual se inserem. A realidade é literalmente modificada a partir das categorias que decidimos utilizar.

Voltando ao século XIX é possível perceber muitas influências teóricas quanto ao uso da fotografia. O naturalismo de Buffon (pelo qual se buscava um mapeamento da humanidade), as ideias de Darwin sobre evolução e a visão de mundo positivista de Auguste Comte conferiam aos cientistas e ao senso comum uma confiança inabalável na possibilidade de ordem e progresso. Algumas questões metodológicas foram introduzidas nesse contexto:

A nascente antropologia define a questão da observação: é preciso saber ver, aprender a olhar, precisar e definir de que lugar e sob que ângulo enfocamos o nosso olhar, munir-se de instrumentos tecnológicos capazes de oferecer o registro o mais objetivo e preciso possível dos *tipos* de todas as *raças* humanas e dos *caracteres fisionômicos distintivos* de cada uma delas. (itálicos do autor) (Samain, 2001, p. 99).

Nessa citação é possível notar claramente uma perspectiva realista quanto ao conhecimento. Nela fica subjacente a ideia de que seria possível apreendermos a natureza humana caso utilizássemos métodos confiáveis. É justamente nesse contexto que a fotografia surge, e a ela foi investida a missão de catalogar os tipos e raças. De acordo com Samain (2001, p. 117),

Esse esforço generalizado de “tipologização” da espécie humana conduzirá a uma série de outros experimentos: fotografias antropométricas (Thomas Henry Huxley, John Lamprey); fotografias “compósitas” (Francis Galton, Arthur Batut); *tipologia das doenças mentais e nervosas* (Hugh W. Diamond, John Conolly, Jean-Martin Charcot e Albert Londe); ou identificação das personalidades criminosas, assassinas, loucas (Cesare Lombroso). (itálicos nossos).

Como afirma Jaspers (1913/2003, p. 519), “quase todos os autores julgam haver apreendido a essência humana, defendem seus esquemas de maneira mais ou menos absoluta e, à primeira vista, esclarecem o leitor menos crítico”. No campo da psicopatologia não é diferente, e a nosso ver é fundamental atentarmos para essa dimensão da construção do conhecimento. É comum a naturalização do vocabulário utilizado (essa é uma das armadilhas da linguagem), mas lidar com a alteridade implica muitas vezes em que sejamos críticos com nós mesmos. Veremos na próxima seção a forma pela qual a fotografia foi decisiva para a invenção

do “tipo” histeria, mas podemos adiantar que, como afirma Samain (2001, p. 105),

A fotografia, na época, não é somente a “representação fiel” da realidade. Ela oferece, ou melhor, “fornece” a realidade em toda sua nudez. . . . Essa mística da transparência e da objetividade que a cerca vai mais longe ainda. A fotografia é, no sentido pleno da palavra, uma “revelação”. . . . A fotografia, assim, não “mostra” apenas as coisas do mundo de uma maneira toda nova e com um rigor alucinante; ela as “revela” e torna passíveis de serem “descobertas”.

A fotografia era compreendida, portanto, como um registro absolutamente objetivo da realidade. Ela a revelaria de forma a evitar a intromissão da subjetividade humana e de aspectos socioculturais. Por essa razão, comparada a outras formas típicas de representação da época, tais como o desenho, a pintura e os moldes de gesso, foi conferido à fotografia o selo maior de credibilidade, tanto por cientistas e artistas quanto pela sociedade em geral. Porém, se a perspectiva realista imperava quando da criação da fotografia, atualmente é possível entendê-la de outras formas, tal como o faz Sontag (2004, p. 16-17):

Mesmo quando os fotógrafos estão muito mais preocupados em espelhar a realidade, ainda são assediados por imperativos de gosto e de consciência. . . . Ao decidir que aspecto deveria ter uma imagem, ao preferir uma exposição a outra, os fotógrafos sempre impõem padrões a seus temas. Embora em certo sentido a câmera de fato capture a realidade, e não apenas a interprete, as fotos são uma interpretação do mundo tanto quanto as pinturas e os desenhos.

Se uma perspectiva realista entende a possibilidade de existência de métodos e instrumentos corretos para desvelar-se a realidade – e a fotografia foi entendida assim no século XIX –, por outro lado é possível pensarmos em críticas a tal entendimento que se aproximam de uma perspectiva antirrealista. Como afirma Flusser (2011, p. 30), “a aparente objetividade das imagens técnicas (imagens produzidas por aparelhos) é ilusória, pois na realidade são tão simbólicas quanto o são todas as imagens”.

Como se sabe, há sempre um ser humano atrás do aparelho, decidindo aquilo que será fotografado, de acordo com certos interesses. A cena escolhida de fato detalha muito bem o ambiente (e lembremos que no século XIX a fotografia era em preto e branco), mas a cena em si, ou seja, o que é escolhido para ser “revelado”, é escolhido por uma pessoa, e não pela máquina. Segundo Flusser (2011, p. x), “o que vemos ao contemplar as imagens técnicas não é ‘o mundo’, mas determinados conceitos relativos ao mundo”, ou seja, nelas estão presentes diversos valores e expectativas (estéticos, éticos, políticos etc.).

Didi-Huberman (2012, p. 208), num texto intitulado *Quando as imagens tocam o real*, afirma que, “assim como não há forma sem formação, não há imagem sem imaginação”. Para o autor, seria possível dizer que as imagens poderiam “tocar o real”, e não no sentido de que revelariam uma realidade objetiva, mas em razão de que é um equívoco considerar a imaginação como uma faculdade de desrealização. Essa perspectiva também se aproxima do antirrealismo, pois não se trata de negar a realidade, mas de considerar aspectos humanos quando ela é interpretada. É o que será feito a seguir.

O olhar artístico de Charcot

Eis a verdade. Eu nunca disse nada diferente; não tenho o hábito de propor coisas que não sejam demonstráveis experimentalmente. Vocês sabem que tenho como princípios não dar importância à teoria e deixar de lado todos os preconceitos: se quiserem ver claramente devem aceitar as coisas como elas são. Poderia parecer que a histero-epilepsia existe apenas na França e apenas, como tem sido algumas vezes dito, na Salpêtrière, como se eu tivesse criado ela através do poder da minha vontade. Seria realmente fantástico se eu pudesse criar doenças de acordo com o meu capricho e minha imaginação. Mas, a bem da verdade, nisso não sou mais do que um fotógrafo; eu inscrevo o que vejo. . .

Charcot apud Didi-Huberman

Como é possível perceber, Charcot estava em sintonia com o pensamento científico de sua época. Sua excelente capacidade em realizar diagnósticos e prognósticos neurológicos garantiram-lhe fama, lucro, reconhecimento e muita autoridade. Czares, príncipes (como o próprio Dom Pedro II), grandes mercadores e banqueiros foram seus pacientes – um feito notório para quem nasceu filho de um construtor de carroças (Scull, 2009).

Porém, Charcot possuía outros talentos. De acordo com Didi-Huberman (2003, p. 30), “nenhum biógrafo de Charcot deixa de insistir na sua ‘competência’ e ‘gosto’ artísticos, nem na sua vocação como pintor”. Freud, o aluno de Charcot que se tornou mais famoso, possuía uma grande admiração por ele, nomeando inclusive um de seus filhos de Jean-Martin³. Afirma Freud (1893/1996b, p. 31):

Charcot não era um pensador, mas sim uma natureza de dotes artísticos ou, como ele mesmo dizia, um “visual”. Sobre seus métodos de trabalho nos comunicou certo dia o seguinte: costumava considerar detidamente uma e outra vez aquilo o que não era conhecido e fortalecer assim, dia após dia, sua

impressão sobre ele até o momento no qual chegava subitamente à compreensão. Ante sua visão espiritual se ordenava então o caos, fingido pelo constante retorno dos mesmos sintomas, surgindo os novos quadros patológicos caracterizados pelo contínuo enlace de certos grupos de síndromes.

Quando Charcot foi admitido no Hospital Salpêtrière (um hospital exclusivo para pacientes do sexo feminino) em 1862, a histeria não fazia parte do vocabulário habitual dessa instituição e da psicopatologia francesa de forma geral, como afirma Didi-Huberman (2003). Ainda segundo o autor, em determinado momento foi preciso fazer uma reforma num dos prédios da Salpêtrière, de modo que a administração do hospital teve a chance de separar as mulheres consideradas psicóticas das não psicóticas.

Como tanto as pacientes que mais tarde foram chamadas de histéricas como as epiléticas (ou seja, todas as pacientes não psicóticas) apresentavam ataques convulsivos, considerou-se lógico juntá-las num mesmo lugar, criando-se uma divisão especial no hospital chamada “Divisão de epilepsia simples” (Didi-Huberman, 2003). Foi nesse novo serviço que Charcot ficou encarregado da administração e, desse modo, se viu no meio da histeria.

Quando ainda [Charcot] o chama de o “grande *emporium* da miséria humana”, isto é para adicionar que, graças a ele próprio, um catálogo foi formulado, e o *empório*, o depósito, havia em suas mãos se tornado “o centro de um ensinamento teórico e clínico realmente útil”. (Didi-Huberman, 2003, p. 20).

De fato, seguindo o contexto francês da época tal como descrevemos brevemente, na Salpêtrière também se dava muito crédito à fotografia como sendo a “revelação da realidade”. Na verdade existia no hospital um departamento inteiro dedicado apenas à fotografia, coordenado por Albert Londe, um cientista que considerava essa forma de tecnologia como a “verdadeira retina” do cientista (Didi-Huberman, 2003).

A fotografia foi utilizada por Charcot como uma ferramenta de laboratório para o procedimento experimental, um arquivo científico para o procedimento museológico e uma ferramenta de transmissão para o ensino. Havia, portanto, uma confiança e um entusiasmo com relação a essa tecnologia, tornando-a o instrumento que garantia a objetividade dos métodos e da observação. De acordo com Didi-Huberman (2003, p. 23),

Charcot efetivamente redescobriu a histeria (e nesse sentido seu trabalho é pioneiro – mas no que, exatamente, ele foi pioneiro? Essa é a questão). Ele nomeou a histeria. Ele a distinguiu da epilepsia em particular e das demais alienações mentais. Em resumo, *ele isolou a histeria como um objeto nosológico puro*. (itálicos do autor).

3 Quando foi embora de seu estágio em Paris, em 2 de fevereiro de 1886, Freud levou consigo uma fotografia na qual Charcot posava de forma imponente (Scull, 2009). Esse fato nos parece revelar tanto a importância da fotografia na época quanto a importância de Charcot para Freud.

Charcot entrou para a história, em primeiro lugar, por ter redescoberto (ou reinventado, dependendo de como quisermos) a histeria. Essa criação nosológica foi em grande parte auxiliada pelas *tableaux*⁴ construídas a partir do detalhamento dos comportamentos das pacientes. Muitas vezes as expressões corporais dessas pacientes eram retratadas por desenhos em papel, na tentativa de criar um retrato perfeito da doença em questão para efeito de comparação e classificação dos casos.

Vários pensadores da época estavam utilizando esse recurso. Landouzy, por exemplo, um médico que também refletiu sobre a histeria, fez diversas tabelas sobre a doença. Numa delas descreve todas as secreções que pôde encontrar no corpo de suas pacientes, e nisso se incluem saliva, sangue, urina, lágrimas e “hipersecreção uterina ou vaginal” (Didi-Huberman, 2003, p. 265).

Apesar de estar preocupado com aspectos que seriam típicos entre as pacientes, Charcot foi se detendo mais profundamente em algumas delas, especialmente em uma chamada Augustine, que desenvolveu um esquema classificatório. Augustine apresentava crises de forma bastante regular (tanto em questão temporal como no aspecto físico), e com isso Charcot pensou ter descoberto uma sequência de estágios pela qual todas as pacientes passavam. De acordo com Scull (2009, p. 115),

A histeria, Charcot afirmava, possuía quatro estágios distintos, “quatro períodos [que] se sucediam ao longo do ataque completo com uma regularidade de mecanismo”. Havia primeiramente um período “epileptoide”, no qual a paciente sofria ataques. Na fase seguinte, no “período de contorções e *grands mouvements*”, a paciente, como o nome indica, apresentava demonstrações físicas dramáticas, muitas vezes acompanhada de choro e gritos, e culminando, em alguns casos, na adoção da posição *arc-en-cercle*, na qual a paciente se dobrava pra trás numa contorção aparentemente impossível, com apenas a parte de trás da cabeça e os calcanhares tocando o chão. Charcot também se referiu a esses episódios como *clownisme*. Então, especialmente nas pacientes do sexo feminino, havia a fase das *attitudes passionelles*, na qual posavam como estando crucificadas ou em vias de um orgasmo.

A fotografia foi decisiva para a invenção da histeria, pois todos os estágios citados eram fotografados e, posteriormente, tais fotografias eram exibidas como prova de que o diagnóstico era verdadeiro. A iconografia, ou seja, a coleção de fotografias, foi disseminada em Paris para uma audiência que nem sempre conseguia lugares no espetáculo da Salpêtrière, ou seja, na apresentação de pacientes histéricas.

Tanto pela fotografia como por sua própria autoridade, Charcot difundia seu diagnóstico (sua descoberta). As imagens fixavam na plateia a existência da histeria e subliminarmente sugestionavam a concepção de que fosse uma prova neutra e natural daquilo que seria uma doença orgânica do sistema nervoso. Segundo Freud (1893/1996b, p. 31),

Aos alunos que passavam em visita com ele pelas salas da Salpêtrière, museu de feitos clínicos cujos nomes e peculiaridades haviam sido elaborados por ele em sua maioria, [Charcot] lembrava-lhes Cuvier, o grande conhecedor e descritor do mundo zoológico, o qual nos apresenta sua estátua do Jardín des Plantes rodeado de diversas figuras animais, ou então pensavam no mito de Adão, que devia gozar com muita intensidade daquele prazer intelectual, tão exaltado por Charcot, quando Deus lhe confiou o trabalho de diferenciar e dar nome a todos os seres do Paraíso.

Nosso entendimento se refere mais a uma invenção da categoria nosológica “histeria” do que à sua “revelação” por meio de Deus ou da máquina fotográfica. Para o antirrealismo não haveria como acessar um suposto mundo natural (exterior à mente humana) o qual o ser humano teria sido apenas incumbido de descrever e etiquetar. No caso da histeria houve a valorização de uma nova categoria, em grande parte em razão do esforço de Charcot em defender seus métodos e técnicas. Afirma ele: “este não é um romance: *a histeria tem suas leis*. E a histeria se submete a elas! Eu posso garantir que ela tem ‘a regularidade de um mecanismo’” (itálicos do autor) (Charcot apud Didi-Huberman, 2003, p. 78).

Sobre as características do ataque histérico, Charcot afirmou também que “elas são válidas para todos os países, para todas as épocas, para todas as raças e são, portanto, universais” (Charcot apud Scull, 2009, p. 115/116). O desejo desse médico e também artista para enquadrar seu pensamento nas normas de uma ciência natural e positiva é evidente, pois buscava leis para garantir seu caráter objetivo e experimental.

É importante lembrarmos que Pierre Briquet publicou, em 1850 – antes de Charcot –, seu *Traité clinique et thérapeutique de l’hystérie*, no qual já utilizava esse diagnóstico de forma diferente da utilizada pelos gregos⁵. Por essa razão o termo “síndrome de Briquet” foi utilizado muitas vezes para designar o que hoje pode ser entendido como histeria. Charcot reconheceu sua dívida com Briquet em muitas ocasiões (Scull, 2009), mas acrescentou também concepções originais. De acordo com Didi-Huberman (2003, p. 78),

[Charcot] disse que as epiléticas tinham “acessos” e as histéricas tinham “ataques”. Ele comparou a

4 Vale atentar para a ambiguidade deste termo, que tanto pode significar “quadro” como “tabela”. Segundo Didi-Huberman (2003), a iconografia de Charcot possui traços evidentemente artísticos, de forma que a histeria no século XIX poderia ser pensada até mesmo como um capítulo na história da arte.

5 Mesmo autores ingleses do século XVII, como Thomas Sydenham (1624–1689) e Thomas Willis (1621–1675), já falavam em “histeria”, mas de forma diferente da utilizada por Charcot.

respectiva gravidade dos sintomas. Ele declarou que a epilepsia era mais “verdadeira” (por ser mais “grave”) do que a histeria. E ele tinha até mesmo um modelo figurado: a histeria imita a epilepsia, como ele podia observar todo dia em seu trabalho na Salpêtrière.

Charcot passou a falar em “histero-epilepsia”, ou histeria maior. Essa nova categoria passou a ser pensada do ponto de vista orgânico e, inclusive, havendo a suposição de algum tipo de lesão histérica: “uma lesão do córtex e não do centro, uma ‘lesão dinâmica’, ele [Charcot] dizia, fisiológica e não anatômica, ‘fugaz, instável, sempre propensa a desaparecer’” (Didi-Huberman, 2003, p. 79).

Nesse contexto aparece um dos maiores enigmas da histeria. Trata-se fundamentalmente da divisão entre orgânico e psíquico. Charcot e muitos médicos (até hoje) buscaram possíveis causas orgânicas nesses quadros psicopatológicos. Freud, por exemplo, assumiu um risco teórico diferente, desenvolvendo o conceito de “conversão”. Mesmo Charcot tendo afirmado que “nesses casos é sempre a coisa genital – sempre, sempre, sempre” (apud Didi-Huberman, 2003, p. 160), algo que certamente influenciou a psicanálise, essas eram compreensões diferentes.

De toda maneira, Freud se apropriou do conceito de histeria de Charcot, por mais que tenha pensado sua etiologia de forma diferente. Ou seja, ele pensava a histeria como um conceito isolado e natural e isso, como vimos, foi uma reconstrução de Charcot do século XIX. De acordo com Didi-Huberman (2003, p. 5), “Freud foi uma testemunha desorientada da imensa câmara da histeria e da construção de imagens. A sua desorientação não deixou de ter influência sobre o começo da psicanálise”. Novaes (2008, p. 457) desenvolve algumas concepções a esse respeito:

Na visão de Freud, a imagem está associada à natureza e a palavra à convenção. Nessa perspectiva, que se mantém até hoje nas ciências sociais, nunca se percebe o quanto a imagem é estruturada pelas normas e pelas convenções de diferentes culturas. . . . Nesta distinção, a natureza sempre foi vista como algo objetivo, biológico, universal e a convenção, como algo social, cultural, regional ou local.

Certamente não nos cabe criticar autores do passado com perspectivas atuais, mas nos parece relevante refletir sobre concepções de autores influentes. A maneira freudiana de compreender imagens foi decisiva para a criação de uma das teorias mais influentes do século XX. Após sua estadia na França, Freud voltou para Viena justamente para trabalhar com histéricos, publicando nessa mesma época seu *Estudos sobre histeria* (1895), com Joseph Breuer.

De fato Freud avançou muito o conhecimento psicopatológico a partir de seu estágio. Refletir sobre esses desdobramentos exigiriam muitos outros artigos (que precisariam incluir também as técnicas de hipnose que

Charcot utilizava nas *Leçons du Mardi* [aulas de terça-feira] na Salpêtrière). Porém, o principal aqui é a concepção de a histeria ter sido inventada e não meramente descoberta, e isso se constitui muito mais do que como uma mera questão semântica

Imagens, conhecimento e interesse

As teorias científicas são derivadas de maneira rigorosa da obtenção dos dados da experiência adquiridos por observação e experimento. A ciência é baseada no que podemos ver, ouvir, tocar etc.

Opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência. A ciência é objetiva. O conhecimento científico é conhecimento confiável porque é conhecimento provado objetivamente.

Chalmers

Essa citação descreve uma concepção de ciência proveniente do senso comum. Percebe-se o realismo subjacente a essa forma de entendimento, pois existe a suposição de uma realidade independente da mente humana e caberia ao cientista utilizar os métodos e instrumentos corretos para chegar a ela. Chalmers (1993) nomeia essa concepção de “indutivismo ingênuo”. Por meio de uma série de argumentações, o autor defende que seria insustentável – lógica, experimental e também probabilisticamente – a ideia de a ciência começar pela observação e de ela, estando correta, fornecer bases seguras para o conhecimento.

A invenção da histeria no século XIX, por exemplo, não se deu apenas com um observador neutro tirando fotografias e posteriormente “descobrimo” algo. No momento de observar e fotografar já estavam presentes diversos pressupostos e expectativas na mente dos cientistas, que, como pudemos perceber, estavam de acordo com as visões de mundo e de natureza humana da época.

A psicologia enquanto ciência assume pressupostos indutivistas e realistas com frequência. Muitos de seus conceitos são pensados como representações naturais e como o resultado de observações acuradas da realidade. Há diversas consequências dessa forma de entendimento. Uma delas é que os conceitos e as instituições, posteriormente ao momento de suas criações, “passam a ser percebidos como estando acima dos homens, passam a ter uma espécie de vida independente” (Duarte Júnior, 1988, p. 42) e, portanto, deixam de ser percebidos como uma criação humana e passam a ser vistos como uma realidade natural. De acordo com Duarte Júnior (1988, p. 42-43),

Este fenômeno é chamado de reificação, nome derivado da palavra latina *res*, que significa “coisa”. A realidade, construída socialmente, é sempre reificada, ou seja, transformada em coisa: adquire o mesmo estatuto das coisas

naturais, dos objetos físicos. Neste sentido é que a institucionalização, sobre a qual se edifica a realidade, possui em si um controle social: ao ser percebida como algo dado, estabelecido, evita que os indivíduos procurem alterá-la.

Para muitos, a histeria teria sido descoberta e possuiria uma existência inegável num mundo exterior à mente humana. Logo, acusar ou até menosprezar aqueles que não trabalham com esse conceito no interior da psicopatologia se torna uma consequência frequente; é como se a histeria fosse parte de uma realidade inegável e quem não a reconhecesse fosse cego ou, no mínimo, superficial – mas, por outro lado, aqueles que não utilizam esse conceito também podem apelar à “realidade objetiva” e à observação clínica como garantias de suas concepções.

Não se pode perder de vista que há sempre intenções e interesses, tanto atrás de classificações aparentemente objetivas da realidade como na crença da objetividade de instrumentos e métodos. Mesmo antes da fotografia, por exemplo, Daguerre já afirmava, num artigo para atrair investidores, que sua invenção conferia à natureza o poder de reproduzir a si mesma (Sontag, 2004, p. 204). Ou seja, a exaltação das possibilidades do daguerreótipo nesse caso servia claramente a um interesse financeiro pessoal. Considerando nossa reflexão sobre fotografia e imagens técnicas em geral, podemos analisar a seguinte citação de Berrios (2008, p. 125):

se torna cada vez mais evidente o papel que as indústrias farmacêuticas e de seguros médicos podem exercer na “escolha” de classes clínicas (como no caso do DSM-IV⁶). Pode-se também prever que as indústrias da genética e da neuroimagem em breve irão exercer um papel semelhante: novas “doenças” serão definidas em termos dessas técnicas e a pressão será no sentido de incluí-las nas classificações do futuro. Embora *prima facie* isto ocorra para o benefício dos pacientes, há pouca dúvida de que a obrigação médico-legal em diagnosticar o que está nas classificações oficiais irá forçar os centros psiquiátricos a comprar os equipamentos necessários.

Essas ideias, vindas de alguém que foi consultor britânico para o DSM-IV e professor de psiquiatria da Universidade de Cambridge, nos parecem dignas de consideração. A questão é pertinente, pois se caracteriza como uma versão contemporânea do peso que as imagens produzidas por aparelhos continuam tendo na ciência e na visão de senso comum. Se antes a fotografia possuía enorme credibilidade dos psicopatólogos e da sociedade em geral, atualmente as neuroimagens parecem ter herdado esse lugar. Uma concepção realista, aliada a um indutivismo

ingênuo, continua dificultando que se enxerguem outras possibilidades de entendimento.

É curioso perceber, aliando a citação de Berrios às reflexões feitas até o momento, quanto manipulamos a realidade ao criar conceitos. As categorias dos manuais de classificação direcionam a pesquisa científica e a sociedade de forma geral em certas direções, assim como a criação de raças humanas também já enviesou (e ainda enviesa) nosso pensamento. Ao criar um vocabulário estamos também criando convenções e, com isso, outras realidades.

Quando observamos a natureza – seja a olho nu, com a máquina fotográfica ou com aparelhos de neuroimagem –, nunca enxergamos um mundo objetivo, mas conceitos pré-existent. Isso não impede que os conhecimentos daí derivados sejam extremamente importantes para a vida humana, mas certamente eles não são a única interpretação correta da realidade. De fato há mudanças e inovações dos conceitos ao longo do tempo (apesar de isso não acontecer numa evolução linear), mas mesmo o “novo” nunca deixa de apresentar características do contexto sociocultural no qual se insere. Não se trata de negarmos a realidade por meio de um relativismo ingênuo, mas de considerarmos em nossa análise os aspectos do interesse humano quando ela é interpretada.

Há, portanto, diversos problemas inerentes ao apelo a uma realidade objetiva quando se defende um determinado conceito. O mais sério deles, a nosso ver, é o enfraquecimento do diálogo. Sendo um campo multidisciplinar, a psicopatologia só tem a perder, quando representantes dos diferentes saberes que a compõem se enclausuram em suas torres de marfim. Enxergar algo numa suposta realidade objetiva não é argumento suficiente para reificar os conceitos e classificações nem para rejeitar outras formas de entendimento. Como afirma Sontag (2004, p. 33), “nunca se compreende nada a partir de uma foto”, e o mesmo vale para os demais instrumentos, imagens e conceitos científicos, pois para interpretar e dar sentido à realidade é necessário um ser humano.

Quando há reificação há também uma busca de controle social. Isso acontece tanto quando se busca validar novos conhecimentos utilizando esse recurso, como quando se busca protegê-los de críticas. Porém, se formos capazes de questionar os fundamentos últimos de nossos saberes, aceitando a incompletude no que se refere ao entendimento da realidade, normalmente nos tornamos mais propensos a aceitar a validade de outros conhecimentos, ainda que eles apresentem uma alteridade radical.

A possibilidade de diálogo entre perspectivas diferentes pode ser determinante para um tratamento psíquico bem-sucedido. E, com relação a isso, não podemos deixar de perguntar: o compromisso do profissional de saúde mental deve ser com alguma tradição de pesquisa em especial ou com o próprio sofrimento psíquico? Sendo a questão claramente retórica, parece-nos fundamental sustentar juntamente uma abertura intelectual e uma possibilidade de autocrítica. Se isso é importante para pensarmos a formação do Brasil e dos planetas, parece-nos ainda mais importante quando o objeto de estudo é o *pathos*.

6 O DSM (*Diagnostic and statistical manual of mental disorders*) já está na sua quinta edição (que foi lançada em maio de 2013). Como a grande maioria das classes clínicas do DSM IV se mantém no DSM V, a reflexão de Berrios também vale para essa última edição.

Photography and the “discovery” of hysteria

Abstract: The concept of hysteria has been historically situated in the opposition between the organic and the mental. It continues to be at the center of controversies between important areas, such as psychoanalysis and psychiatry. We tried to elucidate the origin of the concept of hysteria by contrasting a conception that defends the existence of a world independent of the human mind (realism), and another that denies it (antirealism). Following the scientific trend of the 19th century, the French physician Jean-Martin Charcot used photography—at that time photography was seen as the scientist’s “true retina”—to create a typology of human beings. Situating this construction of knowledge and its sociocultural context provokes a questioning as to its objectivity. Our suggestion is that to think in a critical way about the origin of the concepts gives us elements for a better exercise of alterity in psychopathology.

Keywords: psychopathology, reality, photography, hysteria, Charcot.

La photographie et la “découverte” de l’hystérie

Résumé: Historiquement marqué par l’opposition entre l’organique et le psychique, l’hystérie continue au centre des débats entre d’influents savoirs tels que la psychanalyse et la psychiatrie. En mettant en contre-position deux conceptions – l’une qui défend l’existence d’un monde indépendant de la psyché humaine (réalisme) et l’autre qui la nie (anti-réalisme) – nous cherchons à penser comment s’est construit le concept de l’hystérie. Suivant le mouvement scientifique du siècle XIX, le médecin français Jean-Martin Charcot se sert de la photographie, sous-entendue à l’époque comme “véritable rétine” du scientifique, pour créer une typologisation de l’être humain. En insérant la construction de ce savoir en son contexte socioculturel, il est possible de se poser plusieurs questions sur son objectivité. Notre conception est de penser qu’une critique réflexive sur la formation des concepts apporte des éléments pour un meilleur exercice de l’altérité au sein de la psychopathologie.

Mots-clés: psychopathologie, réalité, photographie, hystérie, Charcot.

La fotografía y el “descubrimiento” de la histeria

Resumen: Históricamente marcado por la oposición entre lo orgánico y lo psicológico, el concepto de histeria sigue en el centro de la controversia entre los conocimientos influyentes como lo de psicoanálisis y la psiquiatría. Contrastando una concepción que defiende la existencia de un mundo independiente de la mente humana (realismo) a otra concepción que la niega (anti-realismo), buscamos investigar cómo se creó el concepto de histeria. De acuerdo con el movimiento científico del siglo XIX, el médico francés Jean-Martin Charcot utilizó la fotografía, entendida en su momento como la “verdadera retina” del científico, para crear una clasificación de lo humano. Introducir esta construcción del conocimiento en su contexto sociocultural permite muchas preguntas acerca de su objetividad. Nuestra concepción es que reflejar críticamente sobre la formación de los conceptos contribuye con elementos que visan mejorar el ejercicio de la alteridad dentro de la psicopatología.

Palabras clave: psicopatología, realidad, fotografía, histeria, Charcot.

Referências

- Beebe, H., & Dodd, J. (2007). *Reading metaphysics: selected texts with interactive commentary*. Milton, Australia: Blackwell.
- Beebe, H., Effingham, N., & Goff, P. (2011). *Metaphysics: the key concepts*. New York, NY: Routledge.
- Berrios, G. E. (2008). Classificações em psiquiatria: uma história conceitual. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 35(3), 113-127.
- Chalmers, A. F. (1993). *O que é ciência afinal?* São Paulo, SP: Brasiliense.
- Devitt, M. (2008). Realism/anti-realism. In M. Curd, & S. Psillos, *The Routledge companion to philosophy of science*. New York, NY: Routledge.
- Didi-Huberman, G. (1982). *Invention de l’hystérie: Charcot et l’Iconographie photographique de la Salpêtrière*. Paris, France: Macula.
- Didi-Huberman, G. (2012). Quando as imagens tocam o real. *Pós – Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da Escola de Belas Artes da UFMG*, 2(4), 204-219.
- Duarte Júnior, J.-F. (1988). *O que é realidade*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Flusser, V. (2011). *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. São Paulo, SP: Annablume.

- Fowers, B. J., Guignon, C. B., & Richardson, F. C. (1999). *Re-envisioning psychology: moral dimensions of theory and practice*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Freud, S. (1996a). Apêndice de 1927 de "Análisis profano – psicoanálisis y medicina". In S. Freud, *Obras completas de Sigmund Freud* (L. L. B. y de Torres, trad., tomo III, p. x-x). Madrid, España: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1927)
- Freud, S. (1996b). Charcot. In S. Freud, *Obras completas de Sigmund Freud* (L. L. B. y de Torres, trad., tomo I, p. x-x). Madrid, España: Biblioteca Nueva. (Trabalho original publicado em 1893)
- Jaspers, K. (2003). *Psicopatologia geral: psicologia compreensiva, explicativa e fenomenologia* (Vol. I). São Paulo, SP: Atheneu. (Trabalho original publicado em 1913)
- Kirk, R. (1999). *Relativism and reality: a contemporary introduction*. London, England: Routledge.
- Lopez, A., & Mota, C. G. (2008). *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo, SP: Senac São Paulo.
- Nietzsche, F. (1975). *Beyond good and evil: prelude to a philosophy of the future*. Middlesex, England: Penguin Books.
- Novaes, S. C. (2008). Imagem, magia e imaginação: desafios ao texto antropológico. *Mana*, 14(2), 455-475.
- Pereira, D. P. (1892). *Esmeraldo de situ orbis*. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional.
- Perrot, M. (Org.) (1991). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra* (Vol. 4). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Roudinesco, E. (2000). *Por que a psicanálise?* Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Samain, E. (2001). Quando a fotografia (já) fazia os antropólogos sonharem: o jornal La Lumière (1851-1860). *Revista de Antropologia*, 44(2), 89-126.
- Scull, A. (2009). *Hysteria: the biography*. Oxford, England: Oxford University.
- Silva, M. R. (1998). Realismo e anti-realismo na ciência: aspectos introdutórios de uma discussão sobre a natureza das teorias. *Ciência & Educação*, 5(1), 7-13.
- Sontag, S. (2004). *Sobre fotografia*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Wagner, R. (2009). *A invenção da cultura*. São Paulo, SP: Cosac Naify.

Recebido: 10/08/2014

Revisado: 25/08/2015

Aprovado: 09/11/2015